

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, SERVIÇO PÚBLICO E REDAÇÃO.

Parecer ao Processo nº **3833 / 2018**

Projeto de Lei nº **64/2018**

Autoria: Vereador Dalto Neves

I – Proposição

Cuidam os autos, de Projeto de Lei de autoria do Vereador da Câmara Municipal de Vitória-es Dalto Neves, o qual dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de dispositivos de proteção solar nas janelas dos sistemas de transportes coletivos, em espaços adaptados para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, nos transportes coletivos de Vitória.

O processo foi recebido em nosso gabinete para emissão de parecer pela Comissão de Constituição, justiça, serviço público e redação nos termos do artigo 61 do Regimento Interno, que dispõe sobre as competências da comissão.

II – Análise

O referido projeto de lei em análise terá a observância do artigo 61, inciso I do Regimento Interno, a qual estabelece que compete a Comissão de Constituição, justiça, serviço público e redação opinar sobre questões

que dizem respeito a constitucionalidade e legalidade da matéria, senão vejamos:

Art. 61. *Compete à Comissão de Constituição, Justiça, Serviço Público e Redação:*

I. opinar sobre o aspecto constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa das proposições;

II.I – DO ASPECTO FORMAL DA MATÉRIA

Em análise ao presente projeto podemos observar que, o objetivo do respectivo projeto de lei sob o viés da Lei orgânica Municipal de Vitória, traz em sua redação o vício de inconstitucionalidade formal, pois a matéria é pertinente a iniciativa do Executivo Municipal, visto que, a presente matéria torna a iniciativa onerosa, indo em desacordo com preceituado no art. 81 da Lei Orgânica, senão vejamos:

Art. 81 *Não será admitido aumento da despesa prevista:*

I - nos projetos de iniciativa exclusiva do Prefeito Municipal, ressalvado o disposto no art. 142, § 2º;

Assim, verifica-se que além do que foi destacado acima, deve-se atentar que a matéria pertinente esta sob o encargo e a tutela da Secretaria de Transportes do Município de Vitória, sob designação do Chefe do Executivo, o que qualquer iniciativa proveniente do Autor que obriga e traz onerosidade na execução fere a respeitosa tripartição dos poderes, que devem ser harmônicos entre si conforme a Constituição Federal que determina a observância do princípio da harmonia dos três poderes conforme a seguinte redação:

Art. 2º *São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.*

Como salienta o insigne doutrinador José Antônio da Silva, in Curso de Direito Constitucional Positivo. No qual menciona um dos sustentáculos fundamentais do Estado Democrático de Direito.

3833-00
"Ao contemplar tal princípio o legislador constituinte teve por objetivo tirante as funções atípicas previstas pela própria Constituição, ou seja, não permitir que um dos poderes se arrogue o direito de intervir nas competências alheias, portanto não permitindo, por exemplo, que o executivo passe a legislar e também a julgar ou que o legislativo que tem por competência a produção normativa aplique a lei ao caso concreto".

Assim, é possível afirmar que o projeto de lei em apreço não atende ao aspecto constitucional, legal, jurídico, regimental e técnica legislativa, não estando em perfeita condição, para inserir-se no ordenamento jurídico municipal.

Logo, a presente proposição não atende aos requisitos de constitucionalidade e legalidade, por vício de iniciativa.

III – Voto

Diante o exposto, **vota-se pela inconstitucionalidade e ilegalidade da matéria**, tendo em vista que não preenche os requisitos necessários para tramitação, votação e discussão, bem como o disposto na suprema legislação, bem como na legislação local.



Wanderson Marinho
Vereador PSC



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

3833 07 20

CONCEDIDO VISTA

Solicitado pelo Vereador *Sandro Parrini*

Presidente Comissão

Em 09/06/18.

Prazo limite para devolução ao S.A.C.
(Serviço de Apoio às Comissões até
12/06/18

Secretaria do S.A.C.

[Signature]

Visto.

Em: 12/06/18.



[Signature]
Sandro Parrini
Vereador - PDT
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

CONFERÊNCIA

CONFERÊNCIA

CONFERÊNCIA

CONFERÊNCIA

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
3933	08	

Voto em Separado

Projeto de Lei: 64/2018

Autor: Dalto Neves

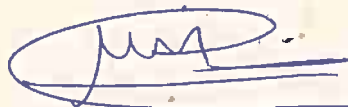
Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de

Relator: Wanderson Marinho — Pela inconstitucionalidade e ilegalidade da matéria.

Tendo em vista a relevância do P.H. que propiciará conforto aos consumidores, usuários do transporte coletivo municipal, além de melhor prestação de serviço pela empresa concessionária. Votamos pela constitucionalidade e legalidade da matéria, com emenda:


Apresenta a seguinte emenda ao P.L.:

Art. 3º — O disposto nos artigos 1º e 2º desta lei passará a vigorar no Contrato de Concessão a partir de 2019.





(PDT - SANDRA FREIRE)

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
3833	09	

Reunião : Comissão de Justiça 1406
Data : 14/06/2018 - 14:56:31 às 15:17:39
Tipo : Nominal
Turno : Ata
Quorum :
Total de Presentes : 6 Parlamentares

N.Ordem	Nome do Parlamentar	Partido	Voto	Horário
7	Fabício Gandini	PPS	Nao	15:17:16
30	Leonil	PPS	Nao	15:17:12
32	Mazinho dos Anjos	PSD	Abstenção	15:17:05
28	Sandro Parrini	PDT	Nao	15:17:04
20	Wanderson Marinho	PSC	Abstenção	15:17:27

Totais da Votação :

SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	TOTAL
0	3	2	5

PRESIDENTE

SECRETARIO

Aprovado o voto em separado do Senador Sandro
 Parrini pela Constitucionalidade com Emenda.

